

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

INCLUSIVE EDUCATION: THE CHALLENGE OF TEACHER EDUCATION

Livia Ramos de Souza Silva¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis²

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e apresenta reflexões sobre o desafio da formação de professores para a educação inclusiva. O trabalho se inicia com uma breve abordagem dos termos relevantes da concepção de educação inclusiva a fim de situar o leitor neste novo paradigma de educação. Em seguida, é realizada uma análise acerca da necessidade de se pensar uma mudança no currículo dos cursos de formação de professores com o fim de se formar efetivamente o profissional docente para a educação inclusiva. Em última análise, o artigo aponta propostas de remodelação curricular desenvolvida em pesquisas na área educacional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Currículo.

Abstract: The present paper is resulted of a bibliographical research and presents reflections about the challenge of the teachers' training for the inclusive education. The study begins with a brief boarding of the important terms of the conception of inclusive education in order to point out the reader in this new education paradigm. After that, an analysis upon the necessity of thinking a change in the teachers courses' curriculum is accomplished. Its goal is to form the professional (teacher) to the inclusive education effectively. In one last analysis, the article points out proposals of curricular remodeling developed in research in the educational area.

Keywords: Inclusive education. Teachers' training. Curriculum.

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação inclusiva. Nele, as discussões e análises desenvolvidas buscam reforçar a necessidade de se

¹ Pós-Graduanda em Docência Universitária. Especialista em Psicopedagogia. Pedagoga. Professora da Prefeitura Municipal de Inhumas – GO. E-mail: liviaisabella@hotmail.com.

² Doutoranda em Políticas Públicas. Mestre em Educação Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ/UEG. Pedagoga. Especialista em Planejamento Educacional. Professora de Educação e Diversidade e Prática Pedagógica no curso de Pedagogia da UEG – Inhumas. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com.

repensar e remodelar o currículo dos cursos de formação de professores, sobretudo o de Pedagogia, tendo em vista a construção de conhecimentos e práticas pedagógicas que assegurem o direito à diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os educandos.

Acolher a diversidade de indivíduos e contar com professores preparados para a escola inclusiva! Eis o grande desafio da educação na atualidade.

Desta forma, quando se pretende abordar o tema da Formação de Professores para a Educação Inclusiva, faz-se necessário antes, tecer algumas reflexões sobre os termos a ela relacionados, tais como inclusão e educação inclusiva. Estes termos tem sido muito discursados, refletidos e discutidos em inúmeras pesquisas desenvolvidas nas áreas educacionais.

Entende-se que é urgente a necessidade de rupturas de velhos paradigmas de uma educação padronizada, com a visão homogênea de alunos classificados segundo padrões de normalidade. Uma educação que segrega e exclui aqueles que não se enquadram aos padrões estabelecidos unilateralmente.

Sobretudo, temos observado e testemunhado na última década, grandes avanços na luta pela ruptura da “Pedagogia da Igualdade” em favor da “Pedagogia da Diversidade”, reconhecendo que a inclusão no ambiente escolar é essencial para o fortalecimento da dignidade e exercício dos direitos humanos.

Contudo, toda ruptura ou crise de paradigmas é permeada de incertezas, inseguranças, de pensar “não saber fazer”, mas ao mesmo tempo é alavanca propulsora para a busca de novas alternativas, conhecimentos e interpretações que sustentem a realização de tais mudanças. Portanto, uma mudança centrada na inclusão implica, como aborda Mantoan (2006, p. 15), no marco de que “a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos.”

Assim, o que se pretende com tais mudanças é, segundo Martins (2006, p. 20), “uma pedagogia centrada no aluno que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas”.

Paulatinamente, vivenciamos que o movimento denominado de Inclusão vem influenciando as políticas e desafiando as comunidades em todo mundo. No Brasil, muito já se avançou, mas há ainda muitos desafios a vencer e muitos outros a conquistar, principalmente, no campo educacional, nos seus diferentes níveis e modalidades. Cita-se a educação, porque é esse o foco deste estudo.

Concepções de Educação Inclusiva

A proposta de uma abordagem inclusiva na educação obteve grandes avanços e estes se tornaram mais significativos após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994) na Espanha, quando foi elaborada a Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A partir dessa conferência tem-se a disseminação dos conceitos de inclusão e de educação inclusiva, evidenciando conforme Martins (2006, p. 18) “uma preocupação com

todos os tipos de pessoas que se encontravam excluídas da escola: do sexo feminino, pobres, negras, com deficiências ou altas habilidades, entre outros”.

Em estudos sobre as abordagens elencadas na Conferência supracitada, Reis (2006, p. 30) expressa e reforça que

o conceito de necessidades educacionais especiais se amplia e passa a incluir, além das crianças portadoras de deficiências aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias, que repetem continuamente os anos escolares, que não têm onde morar,, que trabalham para ajudar no sustento da família, que sofrem de extrema pobreza, ou que simplesmente, estão fora da escola, por qualquer motivo.

Portanto, a inclusão não se refere apenas ao aluno com deficiência, mas a todos que possuem algum tipo de dificuldade de aprender. A inclusão, conforme Mittler (2003, p. 17), “diz respeito a cada pessoa capaz de ter oportunidades de escolha e autodeterminação”. Tal abordagem, em educação, significa ouvir e valorizar o que os alunos têm a dizer, independente de sua idade e dos rótulos recebidos ao longo de sua história de vida.

Estudiosos sobre a temática da inclusão, dentre eles ressaltam-se Mittler (2003) e Mantoan (2006), nos alertam sobre um desafio que se coloca e tende a nos desviar do caminho a percorrer na busca de uma mudança efetiva de propostas e práticas inclusivas que é a distorção e/ou redução de ideias que envolvem esse tema. Um bom exemplo é o da não diferenciação entre o processo de integração escolar e o processo de inclusão escolar, que acaba por reforçar concepções do paradigma tradicional de educação.

Embora, por muitas vezes, os termos integração e inclusão sejam utilizados como sendo sinônimos, é importante ressaltar que há uma diferença real de valores e de práticas entre eles. Desta forma, reflexões sobre as ideias de integração e inclusão escolar se tornam relevantes no sentido de buscar a efetivação de uma educação fundamentada na inclusão.

O termo “integração” como aborda Mantoan (2006, p. 18),

refere-se mais especificadamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

Em consonância a essa abordagem, Mittler (2003, p. 34) expressa que

a integração significa tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles parecem não ser necessários.

Nesse sentido, a integração tem uma concepção de inserção parcial porque o sistema prevê serviços educacionais isolados, reforçando a ideia de segregação, uma vez que as pessoas envolvidas continuariam privadas em seus direitos. A escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências.

Em outra esfera, está a concepção de inclusão escolar que é incompatível com a integração, já que, a abordagem de Mantoan (2006, p. 19) “prevê a inserção escolar de forma

radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula de ensino regular”.

Nestes termos, pensar a inclusão é fazer um movimento que busca repensar a escola para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação e segregação dê lugar à escola aberta a todos.

Sob essa ótica, Mittler (2003, p. 34) reforça que

a inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, *background* social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Portanto, a inclusão requer uma mudança de perspectiva educacional porque é bem mais ampla que a integração, não atinge apenas os alunos com deficiência, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na vida escolar e na sua vida como cidadão.

Nesta vertente, Mantoan (2004, p. 81) aponta que

a inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

Desta forma, um processo inclusivo implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola. E, principalmente, requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados, independentemente de suas diferenças.

Entende-se, então, que a inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular aquele que é “diferente”, referindo-se ao deficiente, ao negro, e outros. Implica dar outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela. Cada ser humano é único justamente pelas suas diferenças. Portanto, para efetivar a inclusão é preciso que a escola se transforme, começando por desconstruir práticas de segregação, abandonando toda forma de discriminação contra pessoas com deficiência ou contra qualquer outro aluno. As diferenças enriquecem, ampliam, são necessárias porque permitem a identificação e a diferenciação e, portanto, contribuem para o crescimento de todos os envolvidos no processo educacional.

Em consonância a essa abordagem, Rodrigues (2006, p. 306) destaca que

o certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns. A Educação Inclusiva dirige-se assim aos “diferentes”, isto é... a todos os alunos. E é ministrada por “diferentes”, isto é... por todos os professores.

Sendo assim, uma escola inclusiva deve ser o modelo da escola de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, independentemente de suas

necessidades e possibilidades de aprendizagem, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão “e a ele deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de aprendizagem” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 7).

Neste sentido, a educação inclusiva requer uma escola aberta para todos os alunos, visto que ela propõe inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade na educação, considerar as diferenças e valorizar a diversidade. Portanto, como destaca Rodrigues (2006), é um equívoco acreditar que a educação inclusiva é para alunos “diferentes”, uma vez que “diferentes” somos todos nós. Vale lembrar que o conceito de ser “diferente” é antes de tudo, uma construção social histórica e culturalmente situada, para também classificar alguém tendo como base o parâmetro de “normal” utilizado por esse classificador.

Ainda refletindo sobre a educação inclusiva, Mantoan (2006, p. 19) destaca que “uma escola inclusiva propõe um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

Ressalta-se que a educação, orientada pela inclusão, é um instrumento eficaz na construção de uma sociedade que respeite as pessoas e suas diferenças, dando condições de uma educação capaz de atender às especificidades de cada indivíduo.

Formação de Professores para a Educação Inclusiva

Um desafio que se coloca para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais é a falta de preparo de grande parte dos professores e, mais especificamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva. É comum ouvir de muitos professores que não estão ou não se sentem preparados para lidar com alunos com diferentes necessidades educativas.

Quando se trata da inclusão, os aspectos ligados à formação do professor devem ser especialmente considerados, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Neste sentido, conforme ressalta Almeida (2007, p. 336), “formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para um outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

Nesse contexto, vale ressaltar que o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. Contudo, ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva. Para tanto, faz-se necessário, conforme aborda a Declaração de Salamanca (1994, p. 27) “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas”.

É fato que a inclusão escolar traz em si um novo paradigma de educação. Sendo assim torna-se imprescindível que a formação dos professores também seja direcionada nessa perspectiva. No novo perfil, espera-se que professor seja capaz de compreender e praticar a diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras. Deve, portanto, aprimorar conhecimentos sobre como melhor lidar com as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades.

Assim, fica evidente que sem mudança de postura não há como realizar a inclusão de maneira significativa. Portanto, a tese apresentada neste estudo é de que se faz necessário que essa mudança comece a se efetivar a partir da formação inicial do professor. Eliminar os vestígios de uma formação tradicional, que tem em sua essência princípios baseados na homogeneidade, na qual o professor vê seu aluno como alguém sem uma identidade, fazendo assim, com que suas práticas não atendam às demandas de cada um, sejam alunos com ou sem deficiência.

Nesse sentido, é relevante expor que a formação inicial é um importante momento na formação docente, pois é nesse período que o futuro professor tem a possibilidade de se familiarizar com conhecimentos de situações que provavelmente enfrenta ou enfrentará no seu fazer pedagógico. Porém, vale lembrar que somente essa formação não será suficiente para o desenvolvimento de competências que garantam o sucesso de uma prática pedagógica que contemple princípios inclusivos. Tais competências para uma gestão inclusiva só poderão ser adquiridas por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva.

Rodrigues (2006) é enfático ao defender que o desenvolvimento de competências para a Educação Inclusiva, ainda que possa ter uma fase de sensibilização na formação inicial, só poderá ser plenamente assumido ao longo de uma prática em serviço. Prática esta que deve ser permeada continuamente de reflexão e mudanças.

Por isso mesmo, vale ressaltar que a formação do profissional docente não deve se restringir e nem tampouco extinguir-se na formação inicial. Ao contrário, deve se estender também a uma formação continuada, pois o professor é um profissional que deve estar sempre em formação para atender as diferentes necessidades educacionais da atualidade.

Estas concepções evidenciam a importância exercida pela universidade na formação de docentes que atuarão na Educação Básica, e que tem por sua vez, grande responsabilidade com a formação de futuros cidadãos, sejam eles pessoas com necessidades educacionais especiais ou não. A Declaração de Salamanca (1994, p. 11), expõe uma preocupação com a formação de docentes para a educação inclusiva e faz um apelo direcionado aos governantes para “assegurar que num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais nas escolas.”

Por conseguinte, as universidades, e em especial aquelas que se dedicam à formação de profissionais da educação, “precisam assumir de forma cada vez mais efetiva, o seu papel de formadoras de profissionais de ensino para atuar frente à diversidade do aluno nos diversos níveis de ensino”, conforme pontua Martins (2006, p. 21). E, mais uma vez, enfatiza-se que a formação docente não deve se esgotar na etapa inicial. Por isso, vale refletir sobre o currículo estabelecido para as licenciaturas.

Repensando o currículo dos cursos de formação de professores

Sob a perspectiva curricular, Mantoan (2006, p. 30) aponta para a “necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações em seu currículo, de modo que os futuros professores discutam práticas de ensino adequadas às diferenças”, visto que, poucos são os cursos de licenciatura, e, dentre eles o de Pedagogia, que

oferecem disciplinas, conteúdos e referenciais voltados para uma educação para a diversidade, que contemple também as pessoas com necessidades especiais.

Nas palavras de Rabelo e Amaral (2003, p. 209), nota-se que as mudanças referentes a formação de professores para a educação inclusiva tem acontecido de maneira bem tímida porque “os currículos de Pedagogia atuais ainda estão estruturados para atender a uma parcela da população, a considerada ‘normal’, ignorando a presença de uma parcela importante de estudantes, aqueles que necessitam de uma atenção diferenciada”.

O fato é que, em grande parte das instituições universitárias inexistia uma consciência social inclusiva, agravada por um modelo de sociedade ainda individualista e excludente.

A par dessa realidade, consideram-se os resultados da pesquisa desenvolvida por Reis (2006), com abordagem voltada para a educação inclusiva na política educacional dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Foram analisados, em 2003, os Projetos e Ementas (disciplinas do currículo) do curso de Pedagogia de três Unidades Universitárias da UEG, os quais constataram que os projetos das unidades investigadas não expressavam nenhuma concepção em relação à implementação de uma política que contemplasse a educação inclusiva.

A investigação mostrou também que em nenhuma disciplina da matriz curricular analisada perpassava a ideia da inclusão. Fato que demonstrou a existência de uma lacuna entre a formação profissional e uma desarticulação com a prática pedagógica, reforçando assim, a dicotomia teoria-prática.

Tais evidências demonstram, conforme Reis (2006, p. 82) que “a vinculação entre o pensar e o agir perde significado tornando inviável a este profissional da educação, uma prática educativa vivenciada na realidade escolar”, uma vez que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais já é realidade na rede regular de ensino.

Contudo, nota-se que, a preocupação com a educação inclusiva nos cursos de formação de professores começa a ser evidenciada nas Unidades da UEG, sobretudo a partir de 2008, quando a matriz curricular do curso de Pedagogia passa a contar com a disciplina Educação e Diversidade. Este fato demonstra um grande avanço na efetivação da formação de docentes para a educação inclusiva. Porém, vale ressaltar que toda abordagem de educação inclusiva, nos cursos de formação de professores não deve se encontrar restrita a uma única disciplina.

Neste sentido, uma remodulação da política educacional de formação de professores, nos cursos de Pedagogia, na perspectiva inclusiva virá fortalecer a transformação para a construção de uma sociedade mais humana, conforme ressalta Reis (2006, p. 100). Ademais, é necessário e urgente

dar maior atenção à elaboração de um currículo interdisciplinar centrado na formação geral para a cidadania crítica participativa e na formação ética. Implementar projetos voltados para a formação de professores para a inclusão escolar, desmistificando a ideia de que a inclusão escolar é uma prática difícil de ser concretizada no ensino regular.

Para a efetivação das mudanças necessárias não se pode correr o risco de limitar-se a oferecer uma disciplina com conteúdos sobre crianças com necessidades especiais, sem maior reflexão e aprofundamento acerca das potencialidades e individualidades humanas, pois, desta

forma, pode-se acabar auxiliando a manutenção de práticas segregacionistas, alimentando a ideia de que inclusão refere-se apenas ao aluno com deficiência.

A existência de disciplinas que contemplem temas relacionados à educação inclusiva traz, às instituições de Ensino Superior, novas perspectivas educacionais, no entanto, não são suficientes para que sejam articulados conhecimentos, fundamentos e práticas referentes à educação inclusiva.

A universidade precisa buscar um projeto maior em seu currículo, que supere o fato de disciplinas isoladas, um currículo fragmentado. O mais viável, devido à amplitude do tema, seria um trabalho interdisciplinar onde conteúdos ligados à educação inclusiva seriam colocados em conjunto com todas as disciplinas que integram o currículo do curso, de maneira a intensificar estudos teóricos, análises e discussões sobre a exclusão, de modo geral.

Nesse sentido, Bueno (2001, p. 15) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à educação de professores:

formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e a as minorias; formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas especiais.

Tais reflexões mostram que as mudanças na formação de professores precisam proporcionar um preparo que atenda questões teóricas, práticas e metodologias capazes de efetivar a inclusão escolar. Tendo em vista que esse novo paradigma de educação traz a valorização das diferenças, sendo preciso respeitar o indivíduo como um ser único, princípio que força aos professores a abolição de toda forma de homogeneidade em suas práticas.

Portanto, pesquisas como as desenvolvidas por Reis (2006) e Rabelo e Amaral (2003, p. 214, 215) sugerem que num processo de implantação de uma educação inclusiva é importante “evitar a inclusão de disciplinas específicas, que poderiam sobrecarregar o currículo, como evitar a restrição das abordagens teórico - práticas das disciplinas do curso de formação dos profissionais da educação”. O mais interessante é tentar ampliar e melhorar a discussão dos temas de cada ementa das disciplinas do curso, fazendo as alterações necessárias para que o trabalho destes profissionais possa ocorrer de forma mais completa. Sobre essa abordagem, seguem-se como exemplos:

História da Educação II

Ementa: “História da Educação Brasileira fundamentada no conhecimento do processo histórico, da História crítica da Pedagogia, suas doutrinas e práticas nos séculos XIX e XX”.

Modificações: Na Ementa – sugere-se incluir: “Educação voltada para a diversidade, suas doutrinas e práticas, bem como a visão social da pessoa com necessidade especial”.

Psicologia da Educação

Ementa: “Psicologia, conceitos, campos de atuação, histórico, concepções de desenvolvimento humano e repercussões na educação. Teoria de desenvolvimento cognitivo, emocional, social: características da aprendizagem correspondente (metodologia e relação professor-aluno)”.

Modificação: Na Ementa – sugere-se incluir: “Problemas específicos de aprendizagem e procedimentos de superação dos mesmos”.

Nessa perspectiva, a formação docente acadêmica, como reforça Reis (2006, p. 48),
deve preparar o professor para o convívio com o outro, para ensinar o outro e para aprender com o outro, respeitadas as suas características sociais, biológicas e cognitivas, o que faz que cada um de nós, sejamos diferentes do outro. Esta é a essência humana.

Sob essa ótica, é fundamental que se invista, verdadeiramente, na formação do professor, no sentido de ajudá-lo a desmistificar conceitos e preconceitos, tornando-o mais consciente, crítico, participativo e comprometido com a construção de uma sociedade mais democrática.

Diante de todo o exposto, observa-se que a efetivação de uma educação inclusiva implica em uma mudança de postura de todos os envolvidos no processo educacional, abordando práticas corajosas, refletidas e apoiadas, uma vez que quando se trata de uma abordagem inclusiva, Marques e Marques (2003, p. 238) ressaltam que

não há receitas prontas, por isso não há caminho a trilhar, mas a abrir, O único instrumento que temos hoje para iniciar essa caminhada é a certeza de que é preciso romper definitivamente com a ideia do absoluto, do padrão homogeneizante de condutas e de corpos. Assumir a diversidade é, em suma, assumir a vida como ela é: rica e bela na sua forma plural.

Em suma, a inclusão é muito mais do que ter rampas ou banheiros adaptados. Ela possibilita aos que são discriminados, seja pela deficiência, pela classe social ou pela cor, que ocupem o seu lugar na sociedade e proporciona a todos, deficiente ou não, o desenvolvimento de habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade.

Considerações finais

A par das reflexões tecidas neste estudo, fica evidente que a educação inclusiva constitui-se como um fator importantíssimo para a transformação social. Portanto, pensar a formação de professores nessa perspectiva caracteriza-se como ação fundamental para que a inclusão educacional ocorra de fato, mudando uma realidade ainda, muitas vezes, conturbada

na rede regular de ensino e acima de tudo, exterminando preconceitos e dessa forma, ampliando horizontes.

Por isso, busca-se defender, a partir das reflexões apontadas, a necessidade de que os cursos de formação de professores, com ênfase no de Pedagogia, repensem a natureza de seus currículos e programas e as suas práticas, buscando uma maior articulação entre teoria e prática como forma de preencher lacunas no processo de formação dos profissionais da educação.

Portanto, para que se efetive esta inclusão é necessário que as pessoas envolvidas no processo persistam, aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações empreendidas. Só assim, a educação inclusiva deixará de ser mera formalização, um aspecto garantido pela legislação e por documentos educacionais como ainda é vista por muitos e passará a ser cada vez mais real nas escolas brasileiras e na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Dulce Barros de et al. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão**. Educação. CE/USFM. Santa Maria (RS), v. 32, n.2, 2007, p. 327-342. Disponível em: <<http://www.usfm.br/ce/revista>> Acesso em: 10/09/2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 19/11/2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em: 10/09/2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

_____. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 2. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004, p. 79-94.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. Do Universal ao Múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, V.M.S. de S.; SOUSA, L.F. E.C.P. (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 223-239.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2006, p. 17- 26.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad.: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RABELO, Annete Scotti; AMARAL, Inez Janaina de Lima. A formação do professor para a inclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia. In: LISITA, V.M.S. de S.;

SOUSA, L. F.E,C.P. (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 209-221.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva**: limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006.

RODRIGUES, Davi. Dez Ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, Davi. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p. 299-318.

Texto recebido em 29/11/10.

Aprovado em 26/02/11.